

AS POSSÍVEIS DESCONSTRUÇÕES QUEER NO CURRÍCULO PÓS-ESTRUTURALISTA

John Jamerson da Silva Brito¹
Juliana Ferreira de Sousa²
Jónata Ferreira de Moura³

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar algumas inferências acerca do Currículo Pós-Estruturalista e da Teoria e Pedagogia Queer como importantes vertentes que possam contribuir para as desconstruções de diversas concepções existentes sobre gênero e sexualidade, dentro desse currículo, apresentando alternativas para as concepções tidas como normais e normatizadoras. Realizado por meio de revisão bibliográfica, elegemos como suporte teórico Lopes (2013), Aguilar e Gonçalves (2017), Silva (2006), Louro (2001, 2008 e 2018) e Miskolci (2009 e 2017). Ao longo do trabalho percebe-se a importância de se pontuar sobre as questões de desconstruções das normativas sociais, valorizando as diferenças e possibilitando um alargamento do currículo que possa abarcar todas as diversidades existentes, as quais pontuamos como a Teoria e Pedagogia Queer podem contribuir em uma formação mais diversa e plural no currículo.

Palavras-chave: Currículo pós-estruturalista, Teoria e Pedagogia Queer e Desconstrução.

INTRODUÇÃO

Currículo. O que lhe vêm à cabeça quando se fala essa palavra? Muitos conceitos acerca dela, diferentes vertentes, vários caminhos. No senso comum seria apenas o *roll* de conteúdos que devem ser trabalhados em sala de aula, também poderia ser o plano de ensino, a grade curricular, entre tantos outros termos.

Entretanto o currículo influi para além dos conteúdos, ele define os níveis de escolarização, a rotina escolar, no que tange a aprendizagem e ao ensino dxs alunxs. Quais devem ser os conteúdos aprendidos e trabalhados? Qual a importância dos mesmos dentro do ensino? Pois alguns conteúdos são favorecidos em detrimento de outros.

Sendo assim, ao longo desse trabalho iremos pontuar sobre o currículo pós-estruturalista, e quais contribuições a Teoria e Pedagogia Queer podem inferir sobre o currículo, e sobre como podem ocorrer possíveis desconstruções a partir dessa perspectiva pós-estruturalista.

¹Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST/Imperatriz), jamersonbritobr@gmail.com;

²Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST/Imperatriz), ferreira.julina.sd@gmail.com;

³Doutorando e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco (USF) e Professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST/Imperatriz), jonatamoura@hotmail.com;

METODOLOGIA

Realizado por meio de revisão bibliográfica, elegemos como suporte teórico Lopes (2013), Aguilar e Gonçalves (2017), Silva (2006), Louro (2001, 2008 e 2018) e Miskolci (2009 e 2017). Dessa forma, logo abaixo iremos dialogar com algumas ideias que os autorxs propõem acerca do Currículo pós-estruturalista e das Desconstruções Queer.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Outra Perspectiva de Currículo: O Pós-Estruturalismo

Quando falamos em pós-estruturalismo, entendemos que existe um antes, mas talvez precisemos esclarecer que o *pós*, não é uma construção linear que se refere ao depois, mas sim uma construção gradativa e longa, dentro do próprio estruturalismo, que se finda na ressignificação de algo, em uma autocrítica e análise, que nos permite compreender os próprios meandros que envolvem esses processos.

Tentando afastar-me do gradualismo, da ideia de progresso linear, busco operar com o hibridismo entre e nas correntes teóricas. Esse hibridismo leva-me a tentar compreender traços, sempre derridianamente suplementados, do passado no presente. Tal movimento também se associa à própria desconstrução dos limites espaço-temporais. (LOPES, 2013, p. 10)

Tais estudos tendem a ser incluídos no mesmo «rótulo» pós-crítico, em virtude de o prefixo «pós» – frequentemente associado à ideia de etapa posterior – ter seu sentido ampliado para a ideia de reconfiguração.

[...] Ser «pós» pensamento algum movimento ou escola de (estruturalismo, colonialismo, modernismo, fundacionalismo marxismo) implica problematizar esse mesmo movimento ou escola de pensamento questionar as suas bases, as suas condições de possibilidade e de impossibilidade. (LOPES, 2013, p. 11, destaques do original)

Não são apenas construções com ideias para além daquilo já teorizado, mas construções que reconstróem conceitos, ideias já vistas, e que realmente podem ser aperfeiçoadas, ou *vistas por outros ângulos, possibilitando visões que nos tragam reflexões* acerca do que realmente pode-se trabalhar nas questões pós-estruturais, por exemplo.

O pós-estruturalismo surge como uma forma de repensar e reanalisar as teorias estruturalistas instaurando uma desconstrução de alguns conceitos considerados como verdades absolutas e centrais. De acordo com Peters (2000), o termo “pós-estruturalismo” tem sua origem nos Estados Unidos e teria surgido para nomear uma prática típica daquele país, baseada na assimilação do trabalho de uma gama diversificada de teóricos. Alguns autores preferem denominar de “neoestruturalismo”, enfatizando a ideia de continuidade com o estruturalismo; ou

ainda “superestruturalismo” como uma espécie de expressão ‘guarda-chuva’, tendo como base os pressupostos comuns.

[...] Existem muitas proximidades entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo, bem como inovações teóricas distintas. Mas não se pode negar que o pós-estruturalismo é decididamente interdisciplinar, apresentando-se por meio de muitas e diferentes correntes. (AGUILAR; GONÇALVES, 2017, p. 37, destaques do original)

O surgimento da perspectiva pós-estruturalista ocorre ao longo do desenvolvimento da própria perspectiva estruturalista, as duas apresentam diversas características compartilhadas, entretanto se diferem nas formas de análise e perspectivas críticas, e a relação que tem com as mesmas, ao passo que o pós-estruturalismo nos remete a uma perspectiva de desconstrução e de análise de si, para compreensão do todo, de ressignificação de tudo que já foi construído ou significado, dando uma nova luz. Mas ele vai para além, pois trata das desconstruções.

Para Hall (1998), uma característica importante que difere a perspectiva estruturalista da pós-estruturalista refere-se à centralidade do sujeito, havendo cinco principais momentos de avanços na teoria social e nas ciências humanas que contribuíram para o descentramento do sujeito:

- A primeira descentração humana refere-se às tradições do pensamento marxista, que direciona a centralidade das ações no ser social, colocando o sujeito no interior das grandes estruturas que sustentam a sociedade moderna; - O segundo descentramento surge a partir da descoberta do inconsciente mediante a teoria Psicanalítica de Sigmund Freud, que rompe com o conceito de sujeito racional cartesiano; - O terceiro momento de descentramento refere-se à teoria linguística de Ferdinand de Saussure que argumenta: “[...] nós não somos, em nenhum sentido, os ‘autores’ das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua [...] O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença)” (HALL, 1998, p. 40- 41); - O quarto momento relevante de descentração de identidade e do sujeito diz respeito ao trabalho de Michel Foucault, mediante o conceito de ‘poder disciplinar’ que surge na sociedade do século XIX, o qual busca ‘docilizar’ o corpo e comportamentos dos sujeitos, por meio das instituições que policiam e disciplinam as populações modernas; - O quinto momento importante refere-se ao impacto do feminismo, tanto como uma crítica teórica como enquanto movimento social, que traz à tona inúmeros questionamentos políticos e sociais sobre a forma como os sujeitos masculinos e femininos são constituídos, incluindo questões como subjetividade, formação das identidades sexuais e de gênero, etc. (AGUILAR; GONÇALVES, 2017, p. 37 – 38, destaques do original)

As perspectivas pós-estruturalistas surgem nesse “seio” de desconstrução e descentramento dos sujeitos, no qual são retiradas de nós as decisões de nossas ações, e realmente nossas opiniões referentes a tudo, ao passo que não passamos apenas de seres constituídos dentro de uma sociedade, que possui regras, que nos padronizam, e para além, nos controlam decidindo implicitamente qual nossa opinião referente a quase tudo. Somos seres sociais e assim pautadxs nela.

As perspectivas pós-estruturalistas apresentam questões que nos fazem refletir do porquê de agirmos de tal maneira, ou na verdade, do repensar o nosso agir, tendo e dando a

oportunidade de conhecermos os reais meandros que nos circundam, e nos findam como sujeitos.

As teorias marxistas trazem a questão das classes sociais como centralidade para essas construções sociais, e nos colocam como sujeitos construídos economicamente, entretanto as perspectivas pós-estruturalistas ampliam esse sentido, nos colocando como sujeitos constituídos e diferenciados, pela economia, gênero, raça, etnia, sexualidade entre outras características, antes renegadas, conforme citam Aguilar e Gonçalves (2017, p. 38):

As relações de dominação ultrapassam as barreiras da economia capitalista, vão além de explorador e explorado, ricos e pobres, patrão e empregados, visto que incluem outras diferentes formas de dominação, como dos homens contra as mulheres, dos brancos contra os negros, dos heterossexuais contra os homossexuais, entre outros. É justamente essas outras formas de dominação que a perspectiva pós-estruturalista vem questionar, com o objetivo de desconstruir esses conhecimentos que foram produzidos culturalmente, resultando na exclusão das minorias.

E quando as autoras se referem a minorias, devo deixar claro que não concordo com o termo no sentido utilizado, ademais que não somos minorias (xs negrxs, as mulheres, xs LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênerxs, Transexuais, Travestis, Queers, Intersexuais e demais denominações)), na realidade somos uma parcela grande, silenciada pela história, e pelas elites que controlam e padronizam tudo o que fazemos, ou vivemos. Minorias, podemos considerar, no sentido político da palavra, ao passo que não temos na prática os mesmos direitos que xs consideradx superiores. Prefiro utilizar o termo Grupos Socialmente Vulneráveis⁴, ademais que somos marginalizadx pela sociedade, e isso nos deixa “fracxs” na luta diária pelas nossas vidas, nossos direitos, e nossa própria existência.

“A perspectiva pós-moderna questiona o pressuposto de uma consciência unitária, auto-centrada e, portanto, construída sobre utopias, universalismos, narrativas mestras, que se consubstanciaram a partir do Iluminismo” (SILVA, 2006, p. 2). Desta forma, as perspectivas

⁴Nós somos classificadx como “minorias” perante a sociedade, entretanto como podemos ser minorias, se na realidade numericamente somos uma grande parcela, ademais que ocorre uma superioridade heteronormativa masculina, provocando um patriarcado de domínio. De acordo com MISKOLCI (2009, p. 168) “O termo minoria, sob a pretensa neutralidade numérica, desvaloriza grupos subordinados pelos hegemônicos (propositalmente confundidos com maioria). Um exemplo claro é a incoerência de se referir às mulheres como minoria já que elas constituem numericamente a maior parte da humanidade. No que concerne aos estudos sobre minorias sexuais, na perspectiva queer eles, ao se denominarem desta forma, terminam por reverenciar as “maiorias” que permanecem intocadas pelo impulso desnaturalizante que colocaria em xeque sua hegemonia como padrão social pressuposto.” Desta forma, devemos utilizar o termo grupos socialmente vulneráveis ou então grupos subordinados pelos hegemônicos, para que se ocorra essa desconstrução de inferioridade, ao passo que ao nos colocarmos como minorias, estamos no rebaixando perante esses grupos dominantes socialmente, indo contra a própria perspectiva Queer, que trata da valorização e da equidade perante todas as identidades, gêneros e sexualidades.

pós-estruturalistas vêm trazer um olhar e uma visão desse ponto de vista, antes renegado e oprimido, reconstruindo aquilo que está pronto, e que segrega a todos que não se encaixam nos padrões vigentes.

O sujeito é visto, em termos concretos, como corporificado e generificado, ser temporal, que chega, fisiologicamente falando, à vida e enfrenta a morte e a extinção como corpo, mas que é, entretanto, infinitamente maleável e flexível, estando submetido às práticas e às estratégias de normalização e individualização que caracterizam as instituições modernas. (SILVA, 2006, p. 4)

Como pontuei anteriormente, somos sujeitos constituídos dentro de uma sociedade, que influencia nossa construção e própria existência, desta maneira as instituições, cada qual ao seu modo nos padronizam, e colocam suas normalizações em nossas vidas, como a família, estado, igreja e escola. Desta forma, uma das maneiras mais fortemente utilizadas e reconhecidas como padronizadora, e normalizadora, é o currículo, fortemente utilizado para controlar os sujeitos e os encaixar em “caixinhas”.

É neste contexto que se insere a crítica do pós-estruturalismo ao currículo na perspectiva humanista, na tecnicista e, ainda, às propostas emancipatórias de currículo seja na vertente marxista, seja na vertente libertária. Ao mesmo tempo, alguns estudiosos filiados aos pós-estruturalismo apontam em direção à construção de formulações teóricas em currículo a partir de seus pressupostos. Estes estudiosos, ao rejeitarem as grandes narrativas, ao questionarem um conhecimento universal e a distinção entre alta cultura e a cultura cotidiana abrem espaço para currículos vinculados às diferenças culturais. Os estudos de currículo dentro desta perspectiva têm como objetivo o processo de construção e desenvolvimento de identidades mediante práticas sociais, privilegiando a análise de discurso. Ao denunciarem questões de interesse e poder na condução da instituição escolar, colocam sob suspeita toda a tradição filosófica e científica moderna, questionando as idéias de razão, de progresso e de ciência, e, por decorrência, a razão de ser da instituição escolar e de suas finalidades. (SILVA, 2006, p. 5)

Na perspectiva pós-estruturalista, concebemos o currículo valorizando aquilo antes renegado, dando voz aos sujeitos marginalizados, aos temas excluídos e considerados “inoportunos” para serem discutidos no âmbito escolar.

Nessa perspectiva, o currículo passa a ser um local de produção e valorização de conhecimentos, de opiniões, de histórias, de questões silenciadas há tempo demais, e que agora surgem com uma força única. Não obstante a isso, devo destacar que o currículo lida com pessoas, com gente, com conteúdos, com relações, assim deve trazer as diferenças, sejam elas quais forem, para que ocorra uma real identificação e significação dos educandos na escola, que esses sujeitos possam realmente se identificar nesses contextos, e finalmente ganhem a voz que merecem, a qual todos temos o direito.

Torna-se necessário desterritorializar o currículo, quebrar os paradigmas e ideais considerados como absolutos, desconstruir as verdades incontestáveis, e ressignificar aquilo que entendemos, que aprendemos e que ensinamos. Assim, Silva (2006, p. 14) sugere

Uma proposta de currículo que leve em conta estes questionamentos não nega a cultura no sentido lato, antropológico, mas, parte do princípio de que os conhecimentos não são verdades prontas e acabadas, mas social e culturalmente construídos e podem se reverter para a busca de resolução de problemas sociais, cujas soluções se situam no horizonte de probabilidades de transformação da realidade. Um currículo neste termos volta-se para a construção de uma outra pós-modernidade - “uma pós-modernidade de libertação” - usando uma expressão de Freitas (2005).

O pós deve ser entendido não como a última instância dessa desconstrução, mas como uma etapa de constante reconstrução, na qual sempre iremos nos ressignificar e tentar compreender as diferentes existências, criando uma verdadeira pós-modernidade, para além de si própria.

As desconstruções Queer: Cultura, Sociedade, Gênero e Currículo

[...] o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. - Judith Butler (2013, p. 24)

A sexualidade pode ser entendida como um fenômeno cultural, inserido nos mais variados âmbitos, e precisa ser estudada, pesquisada, para ser entendida e desmistificada, quebrando diversos pré-conceitos e paradigmas impostos ao longo dos anos.

Quando se refere à sexualidade, de modo específico a homossexualidade, sempre há barreiras e tabus que precisam ser vencidos, pois a sociedade já tem uma concepção do que seja considerado “certo ou errado”, “normal ou anormal”; e aqueles que são considerados diferentes, são escachados e segregados, pois não se adequam ao padrão comumente vigente.

Esse padrão é compreendido pela formação biológica do ser, ignorando a formação social ou cultural. Esse padrão quer determinar que para ser um menino é necessário que goste exclusivamente de menina, pois de alguma forma isso foi definido, e da mesma maneira o inverso, menina deve gostar de menino. Tudo se define pela simples genitália e características que os indivíduos nascem, sem qualquer respeito ou entendimento em relação ao emocional, ou psicológico deles.

Butler (2013) denuncia a construção das identidades como algo padronizado, no qual são apenas reconhecidas e valorizadas ao passo que se encaixam nos padrões pré-

estabelecidos, de forma que aquelxs que fogem a isso são consideradxs estranhxs (queers – no sentido pejorativo).

O que pode então significar “identidade”, e o que alicerça a pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas, persistentes ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes? Mais importante, como essas suposições impregnam o discurso sobre as “identidades de gênero”? Seria errado supor que a discussão sobre a “identidade” deva ser anterior À discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as “pessoas” só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero. (BUTLER, 2013 p. 37, destaques do original)

O fator *biológico* supera os demais, deixando que os adjacentes se tornem coadjuvantes na construção da identidade e sexualidade do indivíduo. Desde pequenxs essas concepções são apresentadas, pode se dizer até mesmo antes de nascer, pois xs pais e mães já escolhem as roupas, decoração e demais objetos baseado no sexo dx bebê, por exemplo, o determinismo de cor é crucial: azul para menino e rosa para menina.

Sobre este determinismo Foucault (2004, p. 59) denuncia: “[...] porque os sujeitos continuam a ignorar o que é da ordem da sua sexualidade e do seu desejo que existe toda uma produção social de discursos sobre a sexualidade, que eram também discursos errôneos, irracionais, afetivos, mitológicos”. O meio social construiu e transmite esses conceitos incorretos, e mantém sempre forte essa propagação. A definição do que é para menino e menina é claro na sociedade, não importa para onde você olhe, sempre haverá coisas que definirão o sexo e as identidades que você deve se “encaixar”.

Antes consideradas minorias (sentido político /social) e inferiores, nós LGBTQI+ hoje nos apresentamos como uma força vigente e emergente, que mostra cada vez mais suas faces, na constata e permanente luta por afirmação dentro do âmbito social. A complexidade que se mostra as múltiplas sexualidades e gêneros decorre em uma confusão social para aquelxs que não compreendem, pois da mesma forma que ganhamos visibilidade e apoio, provocamos o ódio e a discriminação por estarmos “nos abrindo” dentro do meio social. É nesse ponto que a construção de uma política de identidade, ou talvez de pós-identidade faz-se necessária.

Teoricamente a escola e os espaços de ensino são lugares para a padronização e a normatização dos indivíduos, onde elxs serão inseridos no padrão social, moldadxs de acordo com as regras, para que não ocorra uma fuga ou punição. Então como uma educação pós-identitária poderia ser concebida nesse espaço que por vezes se mostra muito tradicionalista e normatizador?

Destá forma a Teoria Queer busca não apenas a liberdade e o respeito, mas a equidade nas sociedades contemporâneas. Ela pretende trazer à tona todas as facetas da diversidade sexual e demonstrar que cada qual com suas características e diversidades são inter-relacionadas e essenciais, nenhuma supera ou é melhor que a outra. A teoria Queer tenta modificar a mentalidade, expandir os pensamentos, utilizando-se do senso crítico, da geração de nova cultura, que consequentemente advêm da educação, e, portanto a educação é um dos pontos chaves para a teoria, por onde a multiplicidade de gênero poderá ser entendida e o respeito alcançado.

O queer busca tornar visíveis as injustiças e violências implicadas na disseminação e na demanda do cumprimento das normas e das conversões culturais, violências e injustiças envolvidas tanto na criação das “normais” quanto dos “anormais”. Quer seja completamente ajustado e reconhecido socialmente, quer seja alguém marcado, humilhado, as normas e convenções operaram sobre os dois e ambos são capazes de reconhecê-las. (MISKOLCI, 2017, p. 26, destaques do original)

Queer não lida apenas com questões de gênero e sexualidade, mas sim com todas as questões e meandros sociais que nos envolvem, pois são elas que constituem as padronizações do gênero e sexualidade. Através do pensamento Queer, possivelmente a liberdade deve ser encontrada, ajudando os indivíduos a pensar, não apenas respeitar aquilo que já é cultural, mas compreender os processos de construção cultural, e quando alcançado o entendimento, construir seu próprio pensamento cultural.

O conflito injusto e desigual entre um menino e instituição escolar me fez pensar em como a educação ainda é despreparada para lidar com as diferenças. Também me levou a refletir sobre o desafio que seria transformá-la em algo diverso, pautada menos pelo objetivo de inculcar valores dominantes e conteúdos previamente definidos com os anseios dos/as estudantes. Desejos silenciados antes mesmo de chegarem às palavras, já que lhes falta vocabulário para expressá-los tanto pela tenra idade quanto pela forma como a educação tende a restringir seus horizontes, ao invés de expandi-los. (MISKOLCI, 2017, p. 65)

As concepções Queer vêm questionar as identidades impostas socialmente, e como essas imposições ocorrem, e o porquê ocorrem. Ela vem desconstruir a visão de sujeitos prontos, e nos coloca como seres em constante fluidez, transição, nos construindo e reconstruindo, a partir de nossas interações sociais, de nossas descobertas individuais.

[...] *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e,

portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora. (LOURO, 2001, p. 546, destaques do original)

A teoria Queer lida com o estranho, com aqueles considerados anormais perante os padrões sociais previamente estabelecidos em bases heteronormativas. Na qual os diferentes são marginalizados, e considerados inferiores perante as hegemonias heterossexuais e branca, dentre outras, como destaca Miskolci (2009, p. 156):

Sua estrutura está no dualismo hetero/homo, mas de forma a priorizar a heterossexualidade por meio de um dispositivo que a naturaliza e, ao mesmo tempo, torna-a compulsória. Em resumo, a ordem social do presente tem como fundamento o que Michael Warner denominaria, em 1991, de heteronormatividade. O dispositivo de sexualidade tão bem descrito por Foucault em sua gênese ganha, nas análises queer, um nome que esclarece tanto a que ele direciona à ordem social como seus procedimentos neste sentido.

A heteronormatividade impõe padrões heteros para todos os sujeitos, e pior ainda, ela é compulsória, quando é colocada como a única opção existente, e a opção tida como original e normal. Ela é utilizada como mecanismo de ordenação e padronização dos sujeitos, os direcionando para uma determinada sexualidade e um determinado gênero, tido como o correto e absoluto.

O estudo da heteronormatividade como aparato do poder e força normalizadora característica da ordem social do presente foi (e algumas vezes ainda é) confundido como a descrição das normas contra as quais lutariam sujeitos socialmente classificados como anormais, pervertidos, sexualmente desviantes, em suma, termos sintetizados pela palavra queer na língua inglesa. No entanto, os principais teóricos queer demonstraram que tais sujeitos frequentemente também estão enredados na heteronormatividade. (MISKOLCI, 2009, p. 157)

Poder, controle, força, são consideradas as características da heteronormatividade, ao passo que ela define diversas ordens sociais, e sujeitos. Uma confusão que ocorre ao pensarmos em sujeitos transgressorxs⁵ são que os mesmos querem acabar com a heterossexualidade, entretanto a realidade é que todos estamos envolvidos diante da heteronormatividade, ao passo que o ser LGBTQI+ é uma construção e reprodução heteronormativa. Ademais que o agir, o vestir, até mesmo a forma como se comportar são previamente estabelecidas e pensadas perante a heteronormatividade, ou seja, esses sujeitos podem sim ser heteronormativos, mesmo que apenas em alguns momentos transgridam determinadas regras.

⁵Coloco Sujeitos Transgressorxs, como aqueles que transgridam, quebram os padrões pré-estabelecidos pela sociedade, pautados na heteronormatividade, ultrapassem os limites impostos e fujam das normativas comumente tidas como as ideais.

Escola, currículos, educadoras e educadores não conseguem se situar fora dessa história. Mostram-se, quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter, até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis. Agora as certezas escapam, os modelos mostram-se inúteis, as fórmulas são inoperantes. Mas é impossível estancar as questões. Não há como ignorar as ‘novas’ práticas, os ‘novos’ sujeitos, suas contestações ao estabelecido. (LOURO, 2001, p. 542)

Nessa perspectiva a escola não está preparada para lidar com esses sujeitos tidos como estranhs e diferentes, e agora precisa aprender a se reinventar, de forma a incluir, respeitar e visibiliza-lxs, ao passo que antes xs mesmxx eram completamente subalternizadxs, onde na realidade ainda são, quanto pontuamos a questão educacional e principalmente ao colocarmos o currículo em pauta.

Ademais que o mesmo não representa a diversidade e pluralidade de diferenças identitárias, de gênero e sexualidade, e pior ainda ignora e segrega as mesmas, provocando uma forte repressão e opressão dentro das paredes escolares, ocasionando em uma violência agressiva e velada, que é repetida dia após dia, sem que por vezes os próprios sujeitos envolvidxs entendam, ou se sintam violentadxs.

Portanto, ao se eleger a desconstrução como procedimento metodológico, está se indicando um modo de questionar ou de analisar e está se apostando que esse modo de análise pode ser útil para desestabilizar binarismos lingüísticos e conceituais (ainda que se trate de binarismos tão seguros como homem/ mulher, masculinidade/feminilidade). (LOURO, 2001, p. 548)

As perspectivas Queer vêm contra os binarismos existentes, ao passo que trata da quebra disso, dessa masculinidade e feminilidade compulsória, o ser menino e o ser menina é questionado. O que realmente é feminino ou masculino? Porque ocorre esse binarismo. Desta forma a teoria Queer vem questionar, e pontuar que são construções sociais que privilegiam determinados grupos em detrimentos a outros, e que provocam essa dualidade e segregação, que deve ser quebrada, ademais que estamos imersos em uma sociedade tão plural, que seria incoerente definir e aceitar os padrões masculinizados e feminilizados como únicos e coerentes.

Uma pedagogia e um currículo *queer* se distinguiriam de programas multiculturais bem intencionados, onde as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia e um currículo *queer* estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Ao colocar em discussão as formas como o ‘outro’ é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria *dentro*, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito. (LOURO, 2001, p. 550)

A Pedagogia e Currículo Queer são uma revolução na educação, ao trazer esses sujeitos marginalizadxs para o centro dos debates, o centro dos processos educacionais, e vai para além, ao pôr em xeque o que é considerado como normal, como correto, e problematizar o porquê de considerarmos isso como tais. Nesta perspectiva curricular e pedagógica, há uma troca de experiências entre todos os sujeitos, nos quais ocorrerá uma relação e uma aproximação que ocasionará em uma ligação mais íntima, permitindo realmente conhecer, compreender e respeitar os tidos como “diferentes”.

O currículo precisa problematizar as relações de poder, e de soberania entre as dominâncias de gênero, trazendo a luz dos debates as incoerências sociais existentes, e questionando o porquê disso ocorrer, e como seria viável ocorrer uma despolarização da heteronormatividade, e ir até mesmo além da homossexualidade, ao passo que a mesma é valorizada dentro dos grupos LGBTQI+.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desconstruir e ressignificar o currículo tornam-se importante pontos para também ressignificar os sujeitos marginalizadxs e subalternizadxs. Colocar em xeque tudo isso fará a educação realmente cumprir um de seus papéis, incluir, trabalhar e construir os conhecimentos, o respeito para com as pluralidades e diferenças existentes.

Desta forma a Pedagogia Queer seria uma alternativa para ressignificar o currículo existente, o transformando em um Currículo Queer, trazendo a valorização das singularidades dos sujeitos. A Teoria e Pedagogia Queer sugerem uma educação que ajude as pessoas a refletirem acerca das diferenças, das pluralidades que todas as identidades apresentam; todavia, o grande diferencial seria não apenas trabalhar esses eixos, mas demonstrar as instabilidades, as dificuldades, os conflitos que todas as identidades possuem. A Teoria e Pedagogia Queer lida com x “outrx”, mas não apenas no sentido de conhecer e nem de se colocar no lugar delx, mas no sentido de entender, de olhar diretamente para x outrx, de forma que seja compreendidx por dentro e por fora. A polarização das normas regulatórias seria outro ponto a ser trabalhado de forma central, porque se percebe que além de serem marginalizadxs, xs LGBTQI+ são taxadxs e possuem estereótipos “comuns” advindos da heteronormatividade.

A Teoria e Pedagogia Queer não possuem uma definição clara, não define em seus conteúdos o que é aquilo, ou como fazer aquilo, pois o que ela quer, é produzir o conhecimento, e não entregar de forma rápida uma resposta, ou uma solução. O conhecimento

é o centro dela, não de forma fixa, mas fluída, sempre relacionando com as diversas identidades no intuito de conhecer, entender e construir discussões que ajudem nesse entendimento.

Sendo assim, torna-se essencial pensarmos em um currículo que possa abordar essas percepções Queer, nos remetendo a questões antes renegadas, utilizando de uma fluidez dos conteúdos, e das diversidades, possibilitando um alargamento do currículo que possa abarcar todas as diversidades existentes.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Márcia Adriana Brasil; GONÇALVES, Josiane Peres. Conhecendo a perspectiva pós-estruturalista: breve percurso de sua história e propostas. **Revista Conhecimento Online**. Novo Hamburgo | a. 9 | v. 1 | jan./jun. 2017, 36-44.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

LOPES, Alice Casimiro. Teorias Pós-Críticas, Política e Currículo. **Dossier temático: Configurações da investigação educacional no Brasil**. Educação, Sociedade & Culturas, Rio de Janeiro, nº 39, 2013, 7-23.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. IN: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 4ed. Belo Horizonte: Autêntica. p. 09-42 , 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2001, vol.9, n.2, pp.541-553

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e a teoria queer**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Dossiê Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Cadernos da Diversidade nº 6, 3 ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora, UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

SILVA, Maria Aparecida da. **Currículo para além da pós-modernidade**. 29ª Reunião Anual da Anped, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/curriculo-para-alem-da-pos-modernidade>>. Acesso em: 03/2019.